

Estudo aponta que risco de racionamento no país pode chegar a 8% em 2010

Primeira edição do relatório do Programa Energia Transparente, do Instituto Acende Brasil e a PSR Consultoria, aponta ainda risco de 14% em 2011

Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, OeM

12/04/2007

O risco de se decretar um novo racionamento de energia no país pode chegar a 8% em 2010 e a 14% em 2011, considerando-se um cenário de referência, de acordo com o estudo Programa Energia Transparente, realizado em parceria entre o Instituto Acende Brasil e a PSR Consultoria. Esses percentuais podem se elevar para 23,5% e 30%, respectivamente, caso a demanda de energia seja mais acelerada. O estudo, que tem como objetivo monitorar de forma permanente os cenários de oferta e os riscos de racionamento nos próximos cinco anos, prevê a apresentação de relatórios a cada três meses.

Neste primeiro relatório, baseado no Programa Mensal de Operação Eletroenergética de março deste ano, um dos casos prevê risco de déficit para o submercado Sudeste/Centro-Oeste de 0,5% em 2008, de 5% em 2009, de 8% em 2010 e de 14% em 2011, considerando uma expansão de 4,8% ao ano no consumo de eletricidade. Já com demanda alta (taxa de crescimento de 5,4% ao ano), a taxa fica mantida em 0,5% no ano que vem e em 5% em 2009, passando para 12,5% em 2010 e 22,5% em 2011.

Num outro cenário de oferta, chamado de Atrasos, previu-se, entre outros pontos, a frustração de 40% do montante contratado via Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia, além de atrasos na operação de usinas com pendências ambientais que variam entre seis meses e dois anos.

Com expansão de demanda de 4,8% ao ano (referência), os déficits previstos ficaram em 0,5% e 5% entre 2008 e 2009; de 17,5% em 2010, e de 24% em 2011. Caso se concretize cenário de 5,4%, a previsão é de 23,5% em 2010 e de 30% em 2011, mantendo-se os riscos em 0,5% no ano que vem e de 5% em 2009.

Segundo o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, o estudo não estima problemas entre 2007 e 2009 em função do alto nível de armazenamento dos reservatórios, resultante das chuvas registradas entre dezembro e fevereiro. A situação dos reservatórios, nesse caso, compensa a indisponibilidade das térmicas a gás que foram retiradas do PMO - e cuja condição foi prevista na metodologia.

No entanto, o uso mais intenso dos reservatórios, destacou Sales, resulta num nível de armazenamento mais baixo do que é considerado adequado em 2010. Como a avaliação de déficit da operação difere do planejamento, explicou o executivo, os percentuais de déficit são mais elevados.

Segundo o estudo, as avaliações sobre déficit de energia são adotadas pela Empresa de Pesquisa Energética e pelo Ministério de Minas e Energia com base em critérios de planejamento, onde os riscos são menores, enquanto o Operador Nacional do Sistema Elétrico e demais agentes, utilizam critérios operacionais, mais conservadores.

"A penalização por um corte de 10% na demanda é muito acima do que para um corte de 5%. Se com déficit de 5% há corte na indústria, por exemplo, com 10% o dano atinge indústrias, hospitais, comércio. O dano é exponencial", observou. Um dos fatores que motivaram o estudo foi a apresentação no setor de resultados diferentes de riscos de déficit a partir dos mesmos cenários de oferta e demanda, com os mesmos modelos computacionais.

Para a elaboração do estudo, adotou-se metodologia replicável, com base em dados oficiais, como da Agência Nacional de Energia Elétrica e do ONS.

Acesse http://www.acendebrasil.com.br/archives/files/EnergiaTransparente_AcendeBrasil_PSR_Rev5.pdf para acessar o Programa Energia Transparente, do Instituto Acende Brasil e da PSR Consultoria.